



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 81/2012 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1-Processo TCE nº 10002/2012.**

**Apensos:** Processos nº 10093/2012 e 10045/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsáveis:** Sr. Fullvio da Silva Pinto, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 02/2012 (fls. 560/594) e CVRF – Relatório Complementar nº 1/2012 (fls. 595/599).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4/2012-MP-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 606/610).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2011.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITA PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, no sentido de **não aprovar as Contas da Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva, exercício de 2011**, de responsabilidade do **Sr. Fullvio da Silva Pinto**, como gestor, tendo em vista todas as impropriedades constatadas e listadas no corpo do da Relatório/Proposta de voto, com fundamento no art. 31, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 127, da Constituição do Estado do Amazonas, com redação da Emenda Constitucional n. 15/95, art. 18, I, da Lei Complementar n.º 06/91, arts. 1º, I e II e 29, da Lei n.º 2423/96 e art. 3º, II, da Resolução n.º 09/97-TCE/AM.



**PARECER PRÉVIO Nº 81/2012 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 20 de setembro de 2012.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**12.1- Auditor presente e relator:** Mário José de Moraes Costa Filho .

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor- Relator

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**

Conselheiro

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Convocada

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 81/2012 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 81/2012)**

**1-Processo TCE nº 10002/2012.**

**Apenso:** Processos nº 10093/2012 e 10045/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsáveis:** Sr. Fullvio da Silva Pinto, Prefeito Municipal de Rio Preto da Eva.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 02/2012 (fls. 560/594) e CVRF – Relatório Complementar nº 1/2012 (fls. 595/599).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4/2012-MP-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 606/610).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva. Exercício de 2011.

*Revelia. Contas irregulares. Multas ao responsável. Prazo. Determinação à origem e à Comissão de Inspeção. Cobrança executiva.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Sr. Auditor-Relator **em consonância parcial**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Considerar revel o responsável, Sr. Fullvio da Silva Pinto**, nos autos do processo de prestação de contas, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei n.º 2.423/96;

**9.2- Julgar irregulares** as Contas do **Sr. Fullvio da Silva Pinto**, como ordenador de despesas, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei n.º 2423/96, face às impropriedades constatadas pelo distinto Órgão Técnico e pelo douto Ministério Público Especial junto a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e não sanadas pelo responsável;

**9.3- Aplicar multa** ao responsável pelas Contas, **Sr. Fullvio da Silva Pinto** – Prefeito e Ordenador de Despesas do município de Rio Preto da Eva, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2423/96 e o art. 5º, XXVI, a Resolução 04/2002-TCE/AM, na forma como segue:

a) No valor de R\$ 3.226,70 (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos), com fulcro no art. 308, I, “c”, da Resolução 04/2002-TCE/AM, pelo atraso na remessa da movimentação contábil, via ACP;



**ACÓRDÃO Nº 81/2012 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 81/2012)**

b) No valor de R\$ 32.267,08 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e no art. 308, V, “a”, da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno), em virtude das graves infrações às normas legais e contábeis citadas no Relatório/Proposta de voto;

**9.4- Determinar** que a municipalidade observe com maior rigor os itens constantes da fundamentação do Relatório/Proposta de voto, sob pena de irregularidade das contas e aplicação de multa, por reincidência, conforme art. 22, § 1º, da Lei n.º 2.423/96;

**9.5- Determinar, ainda, que a próxima Comissão de Inspeção verifique *in loco*** se as falhas observadas já foram devidamente corrigidas ou se as mesmas permanecem, como forma de verificação de reincidência;

**9.6- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres estaduais do valor total das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM);

**9.7- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações,** conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

**10- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 20 de setembro de 2012.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

**12.1- Auditor presente e relator:** Mário José de Moraes Costa Filho .

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor- Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral